



Caderno de Provas

AUDITOR

Edital Nº. 09/2012 - Reitoria/IFRN

13 de maio de 2012

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de transcorridas 2 (duas) horas do início da aplicação da prova.
- Confira, com máxima atenção, o **Caderno de Provas**, observando o número de questões contidas e se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

PROVA	Número das questões	Total de questões	Pontuação por questão	Total de pontuação
Objetiva de Língua Portuguesa	01 a 10	10	2	20
Objetiva de Legislação – Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores.	11 a 15	05	2	10
Objetiva de Conhecimentos Específicos	16 a 50	35	2	70

- Para cada questão de múltipla escolha, há apenas uma resposta correta.
- Confira, com máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, número do documento de identidade e matéria/disciplina) constantes na **Folha de Respostas** estão corretos.
- Em havendo falhas na **Folha de Respostas**, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- A **Folha de Respostas** não poderá ser dobrada, amassada ou danificada. Em hipótese alguma, será substituída.
- Assine a **Folha de Respostas** no espaço apropriado.
- Transfira as respostas para a **Folha de Respostas** somente quando não mais pretender fazer modificações.
- Não ultrapasse o limite dos círculos na **Folha de Respostas** das questões de múltipla escolha.
- Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** ao fiscal.

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

O TEXTO ABAIXO SERVIRÁ DE BASE PARA AS QUESTÕES DE 1 A 8.

No final era o verbo

Alcir Pécora

1 O ensaísta e professor de história inglês Tony Judt (1948-2010), diretor do Instituto Erich Maria
2 Remarque, da Universidade de Nova York, é autor, entre outros livros importantes, de *Pós-Guerra*, de 2005,
3 e *Reflexões sobre um Século Esquecido* (1901-2000), de 2008. Sem estar à altura desses dois, há algo de
4 mais dramático e urgente em *O Mal Ronda a Terra* (2010) [todos publicados pela editora Objetiva], um livro
5 que só foi possível graças à ajuda de várias pessoas, pois já estava avançada a esclerose amiotrófica
6 lateral que o deixou paralisado e o levou à morte poucos meses depois de terminá-lo.

7 O título foi extraído de um verso do poema “The Deserted Village”, de Oliver Goldsmith (1730-1774),
8 que lamenta a destruição de uma aldeia e de suas terras para dar lugar ao jardim de uma mansão.

9 A crítica à transformação das casas dos pobres e de suas terras produtivas em ornamento
10 predatório calha com o que Judt pretende dizer a respeito do desastre a que as sociedades assistem nos
11 últimos 30 anos. Tal é o período em que se rompe o consenso social-democrático, de matriz keynesiana, e
12 se instala a ordem mundial adotada vorazmente por Estados Unidos e Grã-Bretanha nos governos Reagan,
13 Thatcher, Clinton, Bush, Blair e Brown.

14 Perdeu-se então o “senso de propósito comum” e o norte duradouro da redução da desigualdade e
15 do acesso aos bens públicos, em favor do consumo exacerbado de bens supérfluos, do culto ao dinheiro.

16 Foi o que levou à panaceia da privatização, ao horror da intervenção estatal, considerada ineficiente
17 face ao dinamismo do mercado; e dá-lhe louvor do empreendedorismo, da gestão tecnocrata, o que
18 resultou em insensibilidade fatal para a oferta de serviços que custam caro, mas são imprescindíveis para a
19 população: transporte público (especialmente trens e metrô), sistemas de saúde e de previdência,
20 segurança pública (e não privada), educação de primeira para todos, moradia decente na cidade (e não em
21 condomínios fechados, que fragmentam o tecido urbano e o sentido de comunidade civil).

22 Depois de 2008, entretanto, a euforia do mercado revelou as bolhas tóxicas em suas veias. E,
23 diante da crise, ao contrário dos que passaram saltitantes para o lado do capitalismo de Estado da mesma
24 forma com que, antes, juravam no altar privatista da Escola de Chicago, Judt entende que esse retorno ao
25 Estado não será simples, nem sem dor.

26 Para suportá-la, propõe duas ordens de considerações aos jovens que herdaram a crise do
27 contemporâneo, ambas distantes de categorias estritamente econômicas – pois, para ele, esse
28 reducionismo estrito, tanto da parte do mercado como dos marxistas, é parte essencial do problema.

29 Primeiro, é preciso construir um vocabulário alternativo para o Estado, pois o que há, hoje, é uma
30 “deficiência discursiva”, uma incapacidade de repensá-lo como híbrido viável de tolerância democrática e
31 virtude da ação coletiva, para além dos clichês ou mesmo da “indiferença” pela ideia de bem comum (como
32 ocorre, em parte, nas políticas de identidade, no fundo, maximização de subjetividades nas quais o grupo
33 de semelhantes é o que importa).

34 Segundo, significa encontrar formas de superar o “vácuo moral”, isto é, de formular uma “economia
35 moral” que confronte a pusilanimidade política.

36 Portanto, a equação do desastre contemporâneo é também literária – no verbo, ainda reside o
37 princípio. Trata-se de inventar uma palavra carregada de nova disposição anímica, sobretudo com coragem
38 de discordar, pois esse é o “sangue vital” das sociedades abertas e o valor mais radical a se legar aos mais
39 jovens.

Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2011/06/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

- 1) O título do texto revela, do ponto de vista da coerência textual, um procedimento de
 - A) **intertextualidade implícita.**
 - B) intertextualidade explícita.
 - C) recorrência às regras do gênero.
 - D) recorrência à situação de comunicação.

- 2) O grande legado a ser passado à frente para os jovens, segundo o texto, é a
 - A) linguagem conotativa de repúdio aos valores sociais.
 - B) moral econômica suficiente para erradicar as desigualdades sociais.
 - C) conscientização política tradicional, de austeridade e recato moral.
 - D) **palavra reformulada, capaz de rever os valores estabelecidos.**

- 3) Considerando-se os níveis de variação da linguagem, é correto afirmar que o texto é
 - A) marcado, em todos os parágrafos, por construções típicas da oralidade.
 - B) exemplo prototípico da linguagem característica das correspondências administrativas.
 - C) **representativo do registro formal escrito e faz uso de palavras no sentido conotativo.**
 - D) dirigido a um público geral adolescente e de escolaridade média.

- 4) Na situação em que foram empregadas, as palavras “panaceia” (linha 16), “pusilanimidade” (linha 35) e “anímica” (linha 37), no texto, apresentam semelhança de significação, respectivamente, com
 - A) “remédio para todos os males”, “audácia” e “aquilo que vem do coração”.
 - B) “desastre”, “coragem” e “aquilo que vem da alma”.
 - C) “tragédia”, “fraqueza moral” e “aquilo que vem do coração”.
 - D) **“remédio para todos os males”, “fraqueza moral” e “aquilo que vem da alma”.**

- 5) Sobre os pronomes oblíquos empregados no último período do primeiro parágrafo do texto, é correto afirmar que exercem
 - A) funções sintáticas distintas, sendo que o primeiro e o último retomam o mesmo termo, e o segundo, um termo diferente.
 - B) **a mesma função sintática, sendo que os dois primeiros retomam o mesmo termo, e o último, um termo diferente.**
 - C) a mesma função sintática e cada um retoma um termo diferente.
 - D) funções sintáticas distintas e retomam o mesmo termo.

- 6) As palavras “entretanto” (linha 22) e “portanto” (linha 36), empregadas nas primeiras linhas dos parágrafos sexto e décimo, respectivamente, estabelecem as seguintes relações:
 - A) a primeira de adversidade entre orações, podendo ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “no entanto”; e a segunda de conclusão, podendo ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “pois”, desde que mantida a mesma posição na frase.
 - B) de adversidade entre orações, podendo ser substituídas, sem prejuízo ao sentido, por “no entanto”.
 - C) **a primeira de adversidade entre parágrafos, podendo ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “no entanto”; e a segunda de conclusão, podendo ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “pois”, desde que posposto ao verbo da oração.**
 - D) de conclusão entre parágrafos, podendo ser substituídas, sem prejuízo ao sentido, por “pois”.

- 7) Considere o trecho: “Foi o que levou à panaceia da privatização, ao horror da intervenção estatal, considerada ineficiente face ao dinamismo do mercado; e dá-lhe louvor do empreendedorismo [...]”(linhas 16 e 17). Sobre a pontuação desse trecho, considerando-se as relações sintáticas e semânticas, é correto afirmar que a retirada da segunda vírgula
 - A) **altera a informação e que o ponto e vírgula pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por um ponto.**
 - B) altera a informação e que o ponto e vírgula pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por uma vírgula.
 - C) não altera a informação e que o ponto e vírgula pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por um ponto.
 - D) não altera a informação e que o ponto e vírgula pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por uma vírgula.

- 8) A flexão verbal “perdeu-se” (linha 14), no quarto parágrafo, justifica-se, pois o verbo, nesse caso, pode concordar com
- A) o núcleo do sujeito simples.
 - B) a ideia do sujeito indeterminado.
 - C) o núcleo mais próximo do sujeito composto.**
 - D) a partícula apassivadora “se”.

AS QUESTÕES 09 E 10 REFEREM-SE À SITUAÇÃO ILUSTRADA PELO TEXTO A SEGUIR.

O leitor da revista Cult, Braquilogildo Anacoluto, após ler o texto “No final era o verbo”, resolveu escrever para o editor da revista. Eis o texto produzido por Braquilogildo:

Memorando nº 01/BA Natal, 22 de março de 2012.

Ao Meretíssimo Editor da Revista Cult
Assunto: Texto publicado na edição 158, de junho de 2011.

Parabenizo Vs. Exa. pela publicação do texto “No final era o verbo”, do colunista Alcir Pécora. O autor revela elegância no trato com a linguagem e erudição ao discutir as questões postas no livro do historiador Tony Judt. Realmente fiquei com vontade de correr para a livraria e adquirir a obra.

Atenciosamente,

Braquilogildo Anacoluto

- 9) Sobre o texto produzido por Braquilogildo, é correto afirmar que está inadequado à situação comunicativa porque o memorando é um documento
- A) expedido, exclusivamente, por órgão da administração pública, como, por exemplo, um Instituto Federal, e jamais será dirigido a um cidadão particular.
 - B) de uso comercial e administrativo, bastante utilizado na correspondência entre departamentos de uma mesma empresa ou entre diretores de um mesmo órgão da administração pública.**
 - C) usado exclusivamente para dar ciência de uma resolução de autoridade pública, dando andamento a algo que foi solicitado, e pode conter, em vez de um texto longo, apenas expressões como “defiro em termos”, entre outras.
 - D) utilizado para registrar, de forma resumida e clara, o que foi feito ou dito em, por exemplo, uma reunião de assembleia e não pode ser dirigido a um cidadão particular.
- 10) Ao fazer uso de pronomes de tratamento, Braquilogildo emprega os pronomes
- A) inadequadamente e grafa incorretamente o tratamento e a abreviatura no corpo do texto.**
 - B) adequadamente, mas grafa incorretamente o tratamento e a abreviatura no corpo do texto.
 - C) inadequadamente, mas grafa corretamente o tratamento e a abreviatura no corpo do texto.
 - D) adequadamente e grafa corretamente o tratamento e a abreviatura no corpo do texto.

LEGISLAÇÃO

Questões 11 a 15

11) Marque a opção que está em desacordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/90, em relação à aposentadoria do servidor público.

- A) Voluntariamente, aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais.
- B) Voluntariamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.**
- C) Voluntariamente, aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais.
- D) Voluntariamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

12) Julgue as seguintes afirmativas sobre os institutos da remoção, redistribuição e substituição.

I.	Redistribuição é o deslocamento de servidor investido em cargo de provimento efetivo, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC.
II.	Entende-se por modalidades de remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for inferior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
III.	Os servidores investidos em cargo ou função de direção terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.
IV.	Na redistribuição, devem ser observados os seguintes preceitos, entre outros: mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, equivalência de vencimentos e manutenção da essência das atribuições do cargo.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas corretas.

- A) I, II e IV.
- B) III e IV.**
- C) I e III.
- D) II, III e IV.

13) A respeito das formas de provimento e vacância, julgue as seguintes afirmativas.

I.	De acordo com a Lei nº 8.112/90, são, ao mesmo tempo, forma de provimento e vacância apenas a promoção e a readaptação.
II.	A reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
III.	A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e poderá decorrer de inabilitação ou desistência em estágio probatório.
IV.	A exoneração de cargo efetivo dar-se-á somente a pedido do servidor, enquanto a demissão se dará após prévio processo administrativo disciplinar.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas corretas.

- A) I e III.**
- B) II e IV.
- C) I e IV.
- D) II e III.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 09/2012-REITORIA/IFRN - AUDITOR

- 14) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo no qual se encontre investido. Assim, com relação a essa temática, marque a opção que afronta a Lei n 8.112/90.
- A) O processo disciplinar compreenderá a fase do inquérito administrativo que obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa.
 - B) O processo disciplinar, que serve para apurar faltas dos servidores, compreende instrução, defesa e relatório.
 - C) Na fase de julgamento, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo.
 - D) Poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cômjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.**
- 15) Sobre os direitos e vantagens do servidor, previstos na Lei nº 8.112/90, julgue as sentenças seguintes como falsas (F) ou verdadeiras (V).

()	Nenhum servidor receberá vencimento básico inferior ao salário mínimo.
()	À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.
()	As gratificações, as indenizações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
()	A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade apenas quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Marque a opção que apresenta a sequência correta.

- A) V, F, V, F.
- B) F, F, V, V.
- C) F, V, F, F.**
- D) V, V, F, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 16 a 50

- 16) Técnica de auditoria é o conjunto de processos e ferramentas operacionais de que se serve o controle para a obtenção de evidências as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para conclusão dos trabalhos. Quando o auditor verifica a efetividade dos controles, particularmente daqueles relativos à segurança de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis, está utilizando a técnica de auditoria denominada de
- A) exame dos registros.
 - B) testes de observância.
 - C) conferência de cálculos.
 - D) inspeção física.
- 17) Considerando os instrumentais de trabalho de um Auditor, conforme Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº 01/2001 e suas alterações posteriores, assinale a opção que corresponde a tais instrumentais.
- A) Papéis de Trabalho: documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do Sistema de Controle Interno, podendo ser elaborados pelo Auditor ou obtidos de qualquer outra fonte.
 - B) Solicitação de Auditoria: documento utilizado para formalizar pedido de documentos e informações, bem como utilizada para embasar o posicionamento da equipe com relação às questões apuradas no decurso dos exames.
 - C) Nota de Auditoria: documento destinado ao registro das verificações significativas detectadas no desenvolvimento dos trabalhos.
 - D) Relatório de Auditoria: documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, no decorrer dos exames, das impropriedades ou irregularidades constatadas ou apuradas no desenvolvimento dos trabalhos.
- 18) Constituem objetos de exames realizados pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, **EXCETO**
- A) a execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos federais.
 - B) os atos que não resultem direitos e obrigações para o Poder Público Federal, em especial, os relacionados com a contratação de empréstimos, assunção de dívidas, securitizações e concessão de avais.
 - C) os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio sob responsabilidade das unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta Federal.
 - D) os sistemas administrativos e operacionais de controle interno administrativo utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal.
- 19) De acordo com a Instrução Normativa nº 01/2001 da Secretaria Federal de Controle Interno, é atividade precípua do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:
- A) a avaliação da execução dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios que tenham recebido transferências de recursos da União.
 - B) a avaliação da aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Privado que visa a verificação do cumprimento do objeto avençado.
 - C) a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas na lei orçamentária anual para comprovar a conformidade da sua execução.
 - D) o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União, dos Estados e dos Municípios para aferir a sua consistência e a sua adequação.
- 20) Constitui finalidade básica da auditoria no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2001 da Secretaria Federal de Controle Interno, **EXCETO**:
- A) comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos.
 - B) obter prova ou opinião para orientar autoridade competente no julgamento de um fato que tenha causado dano ao erário, por ação ou omissão de agente público, ou desfazer conflito de interesses.
 - C) avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder.
 - D) avaliar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 09/2012-REITORIA/IFRN - AUDITOR

- 21) Em auditoria, o método de amostragem é aplicado como forma de viabilizar a realização de ações de controle. A utilização desse método viabiliza a realização dessas ações quando
- A) a população é considerada muito pequena e a sua amostra fica relativamente grande.
 - B) as características da população são de fácil mensuração, mesmo que a população não seja pequena.
 - C) há necessidade de alta precisão, ocasião em que se recomenda a utilização de amostragem do tipo probabilística.
 - D) o objeto alvo da ação se apresenta em grandes quantidades e/ou se distribui de maneira bastante pulverizada.

22) Analise as proposições seguintes e coloque (V) para as Verdadeiras e (F) para as Falsas.

()	Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, salvo aqueles que correm em segredo, por envolver assuntos de caráter sigiloso, nos termos da lei.
()	A avaliação das unidades de auditoria interna das entidades da Administração Indireta Federal consiste em avaliar o desempenho destas e visa comprovar se estão estruturadas de forma adequada, realizando suas funções de acordo com os respectivos planos de trabalho.
()	Compete à Secretaria Federal de Controle Interno fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento.
()	Não estão sujeitos ao procedimento de tomada de contas aqueles que são ou não pagos pelos cofres públicos e que, por ação ou omissão, derem causa à perda, à subtração, ao extravio ou ao estrago de valores, bens e materiais da União pelos quais sejam responsáveis.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- A) F, V, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, V, V.

- 23) Compete à Comissão de Coordenação de Controle Interno, nos termos do Decreto nº 3.591/2000 e suas alterações posteriores,
- A) planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de controle interno das unidades administrativas.
 - B) coordenar as atividades que exijam ações integradas dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com vistas à efetividade das competências que lhe são comuns.
 - C) efetuar estudos e propor medidas visando promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
 - D) instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- 24) Consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

O conceito acima refere-se à auditoria classificada como

- A) auditoria de acompanhamento da gestão.
- B) auditoria de avaliação da gestão.
- C) auditoria operacional.
- D) auditoria contábil.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 09/2012-REITORIA/IFRN - AUDITOR

- 25) Princípios orçamentários são regras fixadas em legislação, ou formas utilizadas e aceitas historicamente, com vistas a dar estabilidade, consistência e transparência às ações públicas. Levando isso em consideração, analise os princípios que seguem.

I.	Todas as receitas e despesas constarão da Lei de orçamento pelos seus totais, proibidas quaisquer deduções.
II.	A receita orçamentária de impostos não pode ser vinculada a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os casos permitidos pela própria Constituição Federal.
III.	A Lei orçamentária deverá conter todas as receitas e despesas, para possibilitar o controle parlamentar sobre todos os ingressos e dispêndios administrados pelo ente público.
IV.	A Lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da Lei.
V.	Cada ente da Federação (União, Estado, Distrito Federal ou Município) deve possuir apenas um orçamento, estruturado de maneira uniforme.

Assinale a opção que apresenta a sequência correspondente a esses princípios.

- A) Universalidade, exclusividade, unidade, orçamento bruto, não afetação das receitas.
B) Orçamento bruto, não afetação das receitas, universalidade, unidade, exclusividade.
C) Orçamento bruto, não afetação das receitas, universalidade, exclusividade, unidade.
D) Universalidade, não afetação das receitas, exclusividade, unidade, orçamento bruto.
- 26) A respeito dos estágios da despesa pública, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção correta.
A) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
B) Em casos especiais previstos na legislação específica, será permitida a realização de despesas para posterior empenho.
C) Existem casos em que o pagamento de uma despesa pode ser efetuado mesmo que não tenha ocorrido sua liquidação.
D) Se o montante da despesa não puder ser determinado, deverá ser empenhado o seu valor global.
- 27) Avalie, em falsos ou verdadeiros, os conceitos relacionados à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na visão do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

I.	Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público.
II.	O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do Setor Público e as entidades do Setor Privado que tenham recebido recursos públicos.
III.	O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas e a necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
IV.	O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.

Com relação aos conceitos apresentados, é correto afirmar que

- A) I, III e IV são verdadeiros.
B) I, II e IV são falsos.
C) II, III e IV são verdadeiros.
D) I, II e III são falsos.

- 28) A respeito das definições básicas da dívida e do endividamento adotadas pela Lei Complementar nº 101/2000, assinale a opção **ERRADA**.
- A) Dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - B) Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
 - C) Dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
 - D) Integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, desde que as receitas não tenham constado do orçamento.
- 29) Com relação às normas que regulamentam a previsão e a arrecadação das receitas públicas constantes na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a opção correta.
- A) As previsões de receita serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
 - B) As previsões de receita não considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços e do crescimento econômico. Contudo considerarão qualquer outro fator relevante.
 - C) Nas previsões de receita, não há necessidade de serem observadas as normas técnicas, apenas as normas legais.
 - D) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos principais tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- 30) A escrituração das contas públicas observará, além das demais normas de contabilidade pública,
- A) a despesa e a assunção de compromisso, serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
 - B) a disponibilidade de caixa, constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
 - C) as demonstrações contábeis, compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excetuando-se as empresas estatais dependentes.
 - D) as receitas e despesas previdenciárias, apenas em alguns casos específicos previstos em Lei, podem ser apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- 31) As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária destinam-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Assinale a opção correta a respeito das exigências legais para contratação desse tipo de operação de crédito.
- A) Deverão ser liquidadas, com juros e outros encargos incidentes, até o final do exercício financeiro, ou seja, 31 de dezembro de cada ano.
 - B) Realizar-se-ão somente a partir do trigésimo dia do início do exercício.
 - C) Estarão proibidas enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada e no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
 - D) Serão autorizadas, mesmo que sejam cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.
- 32) Com relação aos instrumentos de planejamento da administração pública, assinale a opção **ERRADA**.
- A) Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
 - B) O projeto da Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da Lei Complementar nº 101/2000 conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
 - C) Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades interregionais, segundo critério populacional.
 - D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Os saldos a seguir foram extraídos do Balanço Orçamentário de um ente da Federação em determinada data e servirá de base para as questões 33 e 34.

Receita de impostos (R\$).....	11.350,00
Receita de contribuições (R\$).....	3.000,00
Receita de contribuições de melhoria (R\$).....	1.870,00
Receita patrimonial (R\$).....	2.530,00
Receita de alienação de bens (R\$).....	5.000,00
Receita agropecuária (R\$).....	1.200,00
Receita de operações de crédito (R\$).....	8.000,00
Receita industrial (R\$).....	3.500,00
Receita de serviços (R\$).....	6.550,00
Receita de amortização de empréstimos (R\$).....	2.300,00

- 33) Considerando apenas os saldos acima listados e de acordo com a classificação das receitas públicas em categorias econômicas constante na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que o total das receitas correntes desse ente é de
- A) R\$ 35.000,00.
 - B) R\$ 32.300,00.
 - C) R\$ 30.000,00.
 - D) R\$ 28.130,00.
- 34) Ainda com base nos saldos listados anteriormente e considerando como deduções da receita corrente o valor de R\$ 6.000,00 para o cálculo da receita corrente líquida desse ente, é correto afirmar
- A) tratar-se de Estado ou Município, e sua despesa total com pessoal nesse período de apuração não poderá exceder o valor de R\$ 12.000,00, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.
 - B) tratar-se da União, e sua despesa total com pessoal nesse período de apuração poderá ser, no máximo, de R\$ 14.400,00, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.
 - C) tratar-se de Estado ou Município, e sua despesa total com pessoal nesse período de apuração poderá ser, no máximo, de R\$ 13.200,00, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.
 - D) tratar-se da União, e sua despesa total com pessoal nesse período de apuração não poderá exceder o valor de R\$ 12.000,00, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.
- 35) Os instrumentos de planejamento da administração pública seguem normas que disciplinam sua vigência, seus prazos, sua elaboração e sua organização. A respeito desses prazos, no âmbito da União, assinale a opção correta.
- A) O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até noventa dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei orçamentária anual.
 - B) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
 - C) O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
 - D) O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até seis meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- 36) Em um cenário de mercado em equilíbrio competitivo para um determinado bem, percebe-se a formação de um excesso de demanda. Nesse caso, é correto afirmar, *coeteris paribus*, que
- A) haverá pressão para a queda dos preços.
 - B) haverá deslocamento da curva de oferta.
 - C) haverá deslocamento da curva de demanda.
 - D) haverá pressão para a subida dos preços.
- 37) O Plano Real, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, promoveu a estabilização da inflação com elevadas taxas de juros
- A) e um aumento do endividamento do setor público.
 - B) e o emprego do câmbio fixo sobrevalorizado.
 - C) e uma taxa média de crescimento de 5,0% no produto.
 - D) e a manutenção de baixas taxas de desemprego.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 09/2012-REITORIA/IFRN - AUDITOR

- 38) Uma firma que opera em um mercado de concorrência perfeita
- A) deve fechar suas portas quando o ponto mínimo da curva de custo variável médio supera o preço.
 - B) não deve apresentar curva de oferta, já que pode oferecer um produto a dois preços distintos.
 - C) apresenta lucro normal no curto prazo e lucro extraordinário no longo prazo.
 - D) diferencia seus produtos, a fim de alcançar melhores posições de mercado.
- 39) Nas Contas Nacionais, a Depreciação é o resultado da diferença entre o
- A) Produto Nacional Bruto e o Produto Interno Bruto.
 - B) Produto Nacional Bruto Nominal e o Produto Nacional Bruto Real.
 - C) Produto Nacional Bruto e a Renda Líquida de Fatores Externos.
 - D) Produto Nacional Bruto e o Produto Nacional Líquido.
- 40) Foram características da política econômica do Governo Collor
- A) a reforma monetária com a instituição da nova moeda (Cruzeiro) e o crescimento econômico.
 - B) a reforma monetária com a instituição da nova moeda (Cruzeiro) e o corte de três zeros na moeda antiga.
 - C) o confisco da poupança da população e a adoção de medidas protecionistas no comércio exterior.
 - D) a privatização de empresas estatais e a adoção de medidas protecionistas no comércio exterior.
- 41) Uma economia simples apresenta um nível de consumo autônomo de 150, uma propensão marginal a consumir de 0,75 e um investimento planejado de 100. Nessas condições, o nível de consumo no equilíbrio será de
- A) 1000.
 - B) 950.
 - C) 900.
 - D) 800.
- 42) Analise as situações fáticas seguintes.

I.	Francisco, servidor público civil do Poder Executivo Federal, habitualmente é encontrado embriagado fora do serviço.
II.	Juliana, servidora pública civil do Poder Executivo Federal, fez uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício próprio.

É correto afirmar que

- A) as condutas praticadas são vedadas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
 - B) nenhuma das condutas narradas constitui vedação prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
 - C) apenas a conduta praticada por Francisco constitui vedação expressa no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
 - D) apenas a conduta praticada por Juliana constitui vedação expressa no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- 43) Assinale a opção que representa uma hipótese de dispensa de licitação.
- A) É permitido ao IFRN, quando não acudirem interessados à licitação anterior, contratar empresa por dispensa de licitação, desde que mantenha todas as condições preestabelecidas na licitação anteriormente frustrada.
 - B) É permitido ao IFRN adquirir materiais e/ou equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
 - C) O IFRN poderá realizar a contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços gerais, visto que o preço contratado é compatível com o praticado no mercado.
 - D) O IFRN poderá adquirir componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica ou, findo este, junto ao fornecedor original desses equipamentos.

- 44) Considerando o disciplinamento legal dispensado aos contratos administrativos, marque a opção correta.
- A) Os contratos administrativos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a quarenta e oito meses.
 - B) Cláusulas de privilégio são as prerrogativas especiais conferidas à Administração na relação do contrato administrativo, tal como a exceção de contrato não cumprido.
 - C) A revisão caracteriza-se por ser uma fórmula preventiva, prefixada pelas partes para neutralizar os possíveis efeitos de regime inflacionário.
 - D) Quando o particular encontra-se impossibilitado de cumprir suas obrigações contratuais em virtude de fato do príncipe, este não poderá ser por isso prejudicado, fazendo jus à indenização integral.**
- 45) Sobre os direitos e/ou garantias fundamentais previstos expressamente no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmativas que seguem.

I.	São a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
II.	O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
III.	Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
IV.	A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, durante o dia ou a noite, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.

Assinale a opção que apresenta apenas a(s) afirmação(ões) correta(s).

- A) III.**
 - B) I e II.
 - C) III e IV.
 - D) II e IV.
- 46) De acordo com o tratamento dispensado pela Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor, quanto à temática de acumulação de cargos, marque a opção correta.
- A) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos privativos de Técnico em Enfermagem no IFRN, mesmo que haja compatibilidade de horários.
 - B) É permitida a acumulação do cargo de Assistente em Administração no IFRN e outro de Professor na UERN, quando houver compatibilidade de horários.
 - C) É vedada a acumulação de dois cargos públicos de professor, sendo um no IFRN e outro na UFRN, quando houver compatibilidade de horários.
 - D) É permitida a acumulação remunerada, quando houver compatibilidade de horários, de um cargo de Professor no IFRN e outro de Engenheiro na Petrobras.**
- 47) É crime contra a Administração Pública:
- A) Corrupção Ativa, que consiste em exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - B) Tráfico de Influência, que consiste em solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.**
 - C) Violência Arbitrária, que consiste em entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
 - D) Concussão, que consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 09/2012-REITORIA/IFRN - AUDITOR

48) De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, analise as afirmativas seguintes.

I.	Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de trinta dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
II.	É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha seu cônjuge participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante naquele processo.
III.	A intimação do interessado pode ser efetuada por ciência no processo, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado, com antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
IV.	Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, mesmo quando não imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
V.	O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Assinale a opção correta.

- A) I, IV e V são falsos.**
- B) I, II, IV são verdadeiros.**
- C) II, III e V são verdadeiros.**
- D) II, III e IV são falsos.**

49) No que tange à teoria dos atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I.	A anulação é o instrumento através do qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade.
II.	O motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação que de fato gerou a manifestação da vontade, mesmo nos casos de atos administrativo discricionário.
III.	É defeso ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, uma vez que a conveniência e oportunidade do ato administrativo constitui critério ditado pelo poder discricionário.
IV.	Os atos de gestão caracterizam-se pelo poder de coerção, não intervindo a vontade dos administrados para sua prática.
V.	Atos complexos são aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia em cada uma das manifestações.

Marque a opção que contém apenas afirmativas verdadeiras.

- A) I, III e IV.**
- B) II, IV e V.**
- C) II, III e V.**
- D) I, II e IV.**

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 09/2012-REITORIA/IFRN - AUDITOR

50) A respeito do controle de constitucionalidade, avalie as afirmativas seguintes como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

()	A decisão que julga a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental é imediatamente autoaplicável, na medida em que o presidente do Supremo Tribunal Federal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.
()	Em caso de haver repetição da norma inculpada na Constituição da República Federativa do Brasil pela Constituição Estadual, é cabível o controle de constitucionalidade concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, confrontando-se a lei municipal em face da Constituição Federal.
()	As leis ou atos normativos anteriores à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não estão sujeitos ao controle de constitucionalidade, motivo pelo qual não se pode falar em inconstitucionalidade superveniente.
()	Quando em determinado processo de controle concentrado de constitucionalidade, a norma principal é julgada inconstitucional, em futuro processo, outra norma dependente daquela, também, estará eivada pelo vício de inconstitucionalidade por arrastamento.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- A) F, V, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, V, V.**
- D) V, F, F, F.